

TRIBUNA DO DELEGADO DE POLÍCIA



JULHO 2019 – ANO 1 – Nº 4

GOVERNADOR ANUNCIA PROJETO PARA AUMENTO SALARIAL DA POLÍCIA CIVIL

Atendendo a uma das demandas do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, **SINDPESP**, o governador de São Paulo, João Doria, anunciou que mandará para a Assembleia Legislativa de São Paulo um projeto de lei para aumento salarial da Polícia Civil. A informação foi dada pelo deputado Delegado Olim, após reunião entre Doria e os deputados estaduais, na Alesp, no primeiro dia de agosto, volta da recesso parlamentar.



Segundo Olim, o prazo para a apresentação do projeto é 31 de outubro. O índice do reajuste a ser aplicado não foi informado. “O anúncio é o reflexo do trabalho intenso que o **SINDPESP** vem fazendo desde o início do ano junto aos deputados e ao governo de São Paulo para melhorar as condições de trabalho e remuneração da polícia”, afirma a presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati.

Ainda segundo informações do deputado Olim, o governador afirmou que dará aumentos salariais à categoria todos os anos até o final do seu mandato. “É uma excelente notícia para a polícia, que deu um voto de confiança ao governador quando ele disse que a Polícia Civil de São Paulo teria o maior salário do Brasil”, finaliza Raquel.

O deputado Major Olímpio, no entanto, ressalva a demora na concessão do reajuste, lembra que a data-base de revisão de salário dos servidores é 1º de Março e mostra que

os policiais só receberiam o reajuste, na melhor das hipóteses, em fevereiro de 2020, com quase um ano de atraso. “Para mim, é para ganhar 90 dias de prazo e (...) não sabemos qual é o percentual. Nós não vamos deixar a luta, não. Nossa mobilização vai continuar crescente. O governador disse no Datena que não adianta sapatear, mas nós vamos continuar sapateando muito forte. Eu não acredito em gamela, se você acredita, começa a bater palma para louco dançar, eu não vou bater palma, não”, afirmou, em vídeo.

A luta salarial está na pauta da gestão do **SINDPESP** desde 2017. Após inúmeros ofícios protocolados, reuniões com representantes do governo estadual e, recentemente, as visitas pelos Departamentos de Polícia Civil de todo o interior do estado, o líder do executivo paulista sinaliza mudança real, mas há que se manter a vigilância para atestar que o prometido se cumpra.

POLICIAIS PROTESTAM CONTRA PEC 06

Representantes das polícias Civil, Federal e Rodoviária Federal fizeram um protesto contra a Reforma da Previdência em frente à Superintendência Regional da Polícia Federal, em São Paulo. A mobilização aconteceu em pelo menos outros onze estados brasileiros.

Profissionais de várias carreiras uniram forças para protestar contra o texto da PEC 06/2019, que retira uma série de direitos dos policiais não-militares. “Os policiais arriscam a vida diariamente para garantir a segurança da população. Queremos uma aposentadoria justa e condizente com a atividade de risco exercida pelos policiais. Não podemos permitir que medidas como essa desvalorizem e desrespeitem o policial”, afirma a presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati.

Com cartazes e faixas, cerca de 100 policiais mostraram a importância de

preservar os direitos adquiridos ao longo dos anos. O presidente da ADPESP, Gustavo Mesquita, ressaltou a importância de unir forças na defesa de quem cuida da segurança da população.

O ato mostrou o quanto o texto da Reforma deixa os profissionais da segurança pública sem a mínima assistência. “Estão propondo um tratamento injusto e desigual

aos policiais não-militares, eliminando a pensão por morte digna para seus dependentes, sem qualquer regra de transição, sem diferenciação de idade por gênero para as mulheres policiais, além de criar um tratamento péssimo para os policiais mais novos”, afirma a presidente do SINDPF SP e diretora regional da ADPF, Tania Prado.



EDITORIAL

O anúncio do governador João Doria, de que até 31 de outubro mandará à Alesp um projeto de lei para aumentar o salário da Polícia Civil, veio à tona num momento em que já não é mais possível admitir a maneira pela qual a instituição tem sido tratada pelo partido que ocupa a cadeira do Executivo há mais de 20 anos. Sucedida, com um deficit gigantesco, delegacias em péssimo estado, viaturas ruins, falta de coletes balísticos são o cenário a que são submetidos todos os dias os pouco mais de 27.600 profissionais da Polícia Judiciária, que realizam um exímio trabalho, colocando-se como os melhores e mais eficientes do país, apesar de seus vencimentos serem, como atestado reiteradamente pelo **SINDPESP**, o pior de todos.

O sindicato espera que o projeto seja entregue até a data mencionada e que seja bem-sucedido em sua aprovação parlamentar, pois não se trata de conceder qualquer benefício, mas de realizar justiça, já que entramos no sexto ano seguido sem qualquer reposição inflacionária, que dirá aumento real. E não se deve deixar de lado outras questões igualmente graves. Nesta edição, mostramos o deficit do último "Defasômetro", de 14.235 cargos vagos, sendo que somente o de delegado de polícia alcança 848 e o número de pedidos de aposentadorias já protocolados é de, no mínimo, 819, até junho de 2019.

Ao governador, oferecemos um voto de confiança que, alertamos, não será vitalício na medida em que as prometidas realizações permanecerem apenas no discurso ou no papel. Finalizando, cabe destacar que o **SINDPESP** mantém uma agenda de visitas aos deputados estaduais, demonstrando a cada um, em detalhes, os problemas vivenciados pela Polícia Civil. O Parlamento é o lugar em que as mudanças que podem retirar a instituição do estado atual devem ser propostas, debatidas e aprovadas para que a solução – preferencialmente definitiva – independa de quem ocupe a cadeira de governador.

Raquel Kobashi Gallinati,
presidente do **SINDPESP**

POLÍCIA CIVIL PERDE 1.510 PROFISSIONAIS EM UM ANO E DEFICIT SOBE PARA 14.235

No período de um ano, entre junho de 2018 e junho de 2019, a Polícia Civil do Estado de São Paulo perdeu 1.510 profissionais, entre delegados, investigadores, escrivães, agentes policiais, agentes de telecomunicações, papiloscopistas e auxiliares de papiloscopista. Esse número engloba as exonerações e aposentadorias.

Segundo os dados do Defasômetro, feito pelo **SINDPESP** com base nas informações fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública (SSP), o deficit de policiais atingiu a marca de 14.235 profissionais em junho deste ano.

"A defasagem na Polícia Civil atinge a marca de 34% do seu quadro de profissionais. A situação atingiu um nível alarmante e a consequência disso é a sobrecarga. Os profissionais estão doentes, temos policiais exercendo a função de 3, 4 colegas e trabalhando de sobreaviso ininterruptamente, sem direito a folga", afirma a presidente do **SINDPESP**, Raquel

CARGOS EXISTENTES	CARGOS OCUPADOS EM JUNHO/19	BAIXAS EM JUNHO/19		PROVIMENTOS EM JUNHO/19	CARGOS VAGOS EM JUNHO/19
		(EXONERAÇÕES + NOMINAÇÕES S/ EFEITO)	(EXONERAÇÕES + NOMINAÇÕES S/ EFEITO)		
DELEGADO	949	-245	17	0	848
INVESTIGADOR	11957	-844	46	0	3266
AGENTE POL.	5085	-528	34	0	3343
AGENTE TEL.	2851	-1406	10	0	1004
PAPILOSCOPISTA	875	-949	3	0	935
AUX. DE PAPILOSCOPISTA	1917	-841	2	0	328
CARCEIRO	2651*	-	-	-	476
MEDICO LEGISTA	772	-484	2	0	289
AUXILIAR DE REGISTRO	484	-461	3	0	28
ATENDENTE REGISTRO	519	-870	2	0	149
PERITO	1555	-1419	7	0	318
FOTOGRAFO	871	-721	3	0	150
DEPENEDIA	330	-208	0	0	48
TOTAL	41912	-27677	137	0	14235

* CARGOS VAGOS DESE DO DECRETO 59.957/13. PERMANECERAO CONTABILIZADOS COMO DEFASAGEM VISTO QUE NÃO FORAM CRIADOS NOVOS CARGOS PELO GOVERNO EM SUBSTITUICAO.
Observação: No mínimo 819 pedidos de aposentadorias protocoladas.

Kobashi Gallinati. E o número de baixas dever ser ainda maior, já que há 819 pedidos de aposentadoria em andamento. Para atender à lei, oferecer um atendimento adequado à população e condições dignas de trabalho, a Polícia Civil precisaria ter um quadro com 41.912 profissionais. Mas hoje há apenas 27.677 cargos ocupados.

O **SINDPESP** vem atuando de forma incansável para fazer valer o direito dos policiais e melhorar as condições de trabalho. São Paulo é o estado mais rico da federação, mas paga aos seus policiais os piores salários.



2ª EDIÇÃO DO FÓRUM IACC SERÁ NOS DIAS 26 E 27 DE NOVEMBRO DE 2019

O Fórum Nacional da Inteligência Aplicada para o Combate à Criminalidade (Fórum IACC) 2019 reunirá autoridades, delegados, especialistas, representantes de entidades e empresas internacionais para debater sobre segurança pública. A 2ª edição do evento será realizada nos dias 26 e 27 de novembro, no Centro de Convenções Frei Caneca, em São Paulo.

Com mais de mil participantes em 2018, a segunda edição espera público maior e aprofundará o debate sobre a segurança pública no Brasil e os reflexos na sociedade.

COMUNICADO DA COMISSÃO ELEITORAL PARA O TRIÊNIO 2019-2022

O Presidente da Comissão Eleitoral do **SINDPESP**, Ariovaldo Felix de Melo, comunica a inscrição dos candidatos da Chapa 1, denominada "União e Ação", para as eleições sindicais referentes ao triênio 2019-2022. Conforme o artigo 47 do Estatuto Social, os candidatos da chapa 1, regularmente inscritos, estão elegíveis e as inscrições devidamente homologadas. O comunicado estabeleceu, ainda, prazo de 5 dias para eventuais impugnações conforme previsto no artigo 61 do Estatuto Social.



EXPEDIENTE

Publicação do **SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

11-3337-4578
sindpesp@sindpesp.org.br
www.sindpesp.org.br

RESPONSÁVEL
Raquel Kobashi Gallinati

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Adriano Kirche Moneta - Mtb 26.583

Siga o **SINDPESP**
nas redes sociais

/sindpesp

/sindpesp

/sindpesp

DEPUTADOS RECEBEM SINDPESP PARA TRATAR DE APOIO A PROJETOS DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL



1 – José Ernesto Furtado de Oliveira, assessor do deputado Kenny Pires Mendes; Dra Raquel Kobashi Gallinati, presidente do SINDPESP; deputado estadual Kenny Pires Mendes (PP) e Dr Fernando David, diretor da ADPESP;



2 – Dra Raquel Kobashi Gallinati e o deputado estadual Adalberto Freitas (PSL);

3 – Dra Raquel Kobashi Gallinati; Dra Ivana David, desembargadora do TJSP; deputada estadual Janaina Paschoal (PSL) e Dr Luiz Augusto Filizzola D'Urso, advogado criminalista;

4 – O Dr D'Urso, ao lado da presidente do SINDPESP e do deputado estadual Tenente Coimbra (PSL)



A presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati, percorreu diversos gabinetes nas últimas semanas solicitando o apoio dos parlamentares às causas da Polícia Civil, principalmente a melhora salarial dos policiais, que ganham o menor vencimento do país dentre as polícias judiciárias, a recomposição urgente do deficit de efetivo da instituição, que já ultrapassa 14 mil cargos vagos, e a valorização do trabalho, com mais infraestrutura e equipamentos, já que delegacias e viaturas estão em péssimo estado e há falta de coletes balísticos.

Um dos visitados foi Adalberto Freitas (PSL). Durante a conversa, Raquel entregou ao parlamentar o documento com as 10 medidas para a modernização e o bom funcionamento da Polícia Civil. O mesmo documento foi entregue a todos os visitados, como o deputado estadual do Partido Progressista (PP) Kenny Pires Mendes.

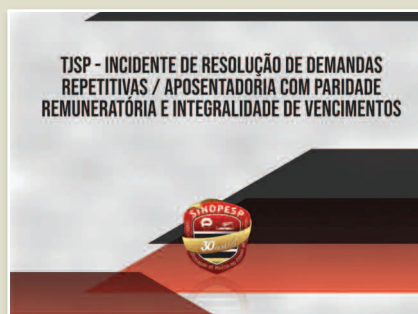
A presidente do **SINDPESP** já apresentou a situação da Polícia Civil aos deputados estaduais Janaina Paschoal (PSL), Danilo Balas (PSL), Tenente Coimbra (PSL), ao presidente da Alesp, Cauê Macris (PSDB), Delegado Bruno Lima (PSL), Heni Ozi Cukier (NOVO), Teonílio Barba (PT) e José Américo (PT).

TJSP – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

APOSENTADORIA COM PARIDADE REMUNERATÓRIA E INTEGRALIDADE DE VENCIMENTOS

Atuando como Amicus Curiae, o **SINDPESP** manifestou-se ressaltando a importância do entendimento majoritário do Tribunal de Justiça, garantindo a integralidade de vencimentos e paridade remuneratória.

Em memoriais, o sindicato apresentou diversos julgados favoráveis a esta concessão, apresentando ainda a defesa técnica cabível, bem como trouxe ao conhecimento do Tribunal as



recentes negociações sobre a reforma da previdência, anexando, pareceres técnicos da AGU, TCU, Dieese e estudo técnico do Ministério da Economia.

Após a manifestação do **SINDPESP** e demais colaboradores da Corte Paulista, o Ministério Público do

Estado de São Paulo reforçou todo o entendimento favorável à aposentadoria especial, com paridade e integralidade, independente do requisito idade.

Segundo o parecer do MP, o policial civil possui apenas o requisito “tempo de contribuição” para aposentar-se e não se sujeita ao requisito idade (fator 85/95) para garantir os proventos integrais e paridade remuneratória.

Ao final, ainda enfatiza que é inadmissível o entendimento da Fazenda Pública do Estado e da SPPrev, os quais reduzem os proventos dos policiais civis na aposentadoria em clara inobservância ao texto Constitucional.



SINDPESP VISITA TODOS OS 10 DEINTERS DO ESTADO PARA OUVIR DEMANDAS DOS DELEGADOS

Apesar de todo Estado de São Paulo sofrer com o déficit da Polícia Civil, que hoje soma 14.235 profissionais, o problema se manifesta de diferentes formas em cada uma das 10 regiões do estado. Para conhecer a realidade enfrentada pelos policiais nessas localidades, a presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (**SINDPESP**), Raquel Kobashi Gallinati, está visitando cada um dos Departamentos de Polícia Judiciária de São Paulo Interior (Deinter).

A série de visitas, que tem como objetivo apurar as condições de trabalho em todo Estado, começou em Maio e segue até Agosto. Em cada uma das sedes dos

Deinters, delegados de polícia de toda região, membros dos Conselhos Comunitários de Segurança e membros das subseções locais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) são convidados para apresentar as dificuldades vividas na área de segurança pública. “Nesses encontros o Sindicato ouviu relatos sobre como o desmonte da Polícia Civil, promovido ao longo de décadas por governos anteriores, afeta o cotidiano dos policiais e da sociedade”, aponta Raquel.

As reuniões contaram com a presença de políticos como o deputado federal Luiz Flávio Gomes, o deputado estadual Professor Kenny e o vereador de Rio Preto Renato Pupo, entre outros.

Ao final das visitas, o **SINDPESP** elaborará um ranking das regiões mais afetadas, apontando os principais problemas vivenciados em cada Deinter, como falta de equipamentos de segurança. Todas as informações coletadas com delegados serão encaminhadas ao governador João Doria para auxiliá-lo na elaboração de medidas para sanar os graves problemas enfrentados pela polícia.

Durante os encontros, o Sindicato informa os delegados sobre as ações que a presidente vem adotando na luta por uma Reforma da Previdência mais justa para a Polícia Civil e tira dúvidas sobre o assunto.

